

# Rendas e reflexões 'pnadianas'

**Marcelo Neri**

---

No dia 15 de setembro de 2009, dois prêmios Nobel em Economia, Amartya Sen e Joseph Stiglitz, apresentaram os resultados de um relatório elaborado por uma comissão formada a pedido do presidente francês, Nicolas Sarkozy. A importância do relatório reside no alerta quanto à necessidade de se melhorarem as atuais medidas de desempenho econômico que se centram no Produto Interno Bruto (PIB). Embora a crise mundial recente tenha talvez propiciado esta discussão, ela tem sido uma preocupação mais antiga daqueles que defendem a importância, por exemplo, de variáveis ambientais e sociais para formular o retrato do desempenho dos países. Além disso, o relatório também chama a atenção para a necessidade de se considerar o potencial de sustentabilidade dos indicadores de desempenho — isto é, se os atuais níveis de bem-estar podem ser mantidos para gerações futuras. Não cabe aqui discutir este relatório em profundidade, nem mesmo as críticas que possam ser ventiladas a seu respeito, mas aproveitar o que deverá ser o começo do debate no nível internacional acerca do tema.

O relatório Stiglitz-Sen sinaliza a mudança de ênfase de produção para bem-estar, assim entendido no sentido da renda e consumo. Outras recomendações do relatório Stiglitz-Sen também encontram eco neste e nos nossos estudos do CPS, discutidos neste espaço, quais sejam: 1) Enfatizar a perspectiva da renda e consumo do domicílio para melhor aferir padrões materiais de vida, aferição que é mais precisa na medida em que o PIB *per capita* real da Paridade do Poder de Compra (PPP da sigla em inglês para *Purchasing Power Parity*) não reflete necessariamente movimentos percebidos pela população; 2) Medidas de renda, consumo e riqueza devem estar acompanhadas por indicadores que reflitam sua distribuição — uma preocupação constante do Centro; e 3) Os autores do relatório recomendam fortemente a conjugação de medidas objetivas e subjetivas de bem-estar, mediante o uso de questões que captem as avaliações das pessoas com relação às suas vidas, para se obter um retrato mais fidedigno da qualidade de vida nos países.

## **Sinergia**

Acreditamos que o eixo central de recomendações do relatório está de acordo com a nossa linha de trabalho. A única exceção de maior monta são as preocupações de indicadores ambientais que está fora do nosso escopo de pesquisa. Acreditamos que a feliz coincidência de lançamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e deste relatório de Stiglitz-Sen possa gerar sinergia para o debate e a prática de avaliação das condições de vida no Brasil.

A cada PNAD a sociedade brasileira tem a oportunidade de olhar suas cores e feições como olha-se num espelho; de conhecer os percalços e progressos do ano que passou. Os dados “pnadianos” refletem respostas das pessoas sobre elas mesmas, verdadeiros autorretratos. Os fatores de expansão da PNAD permitem situar o tamanho absoluto ou a posição relativa, seu ou sua, vis-à-vis cada grupo social ou o Brasil, mantendo a escala original. Simultaneamente ao ato de tornar público o seu rico acervo de tabelas e análises, o Instituto Brasileiro de Geografia e Esta-

tística (IBGE) disponibiliza os microdados das pesquisas com uma amostra anual de mais de 380 mil respostas individuais de um rico questionário com centenas de questões feitas com a mesma exata estrutura a cada ano das últimas duas décadas.

Além da transparência, a flexibilidade e precisão fornecidas pela grande amostra de microdados multifacetados permitem retratar as relações entre várias vertentes da vida brasileira: escola, trabalho, aposentadorias etc., etc.; de meninas, negras, nordestinas, etc., etc. Por exemplo, como a escola impactou o trabalho, ou como o trabalho impactou a renda das famílias, etc., etc. Agora mesmo sem entrar nas virtualmente infinitas possibilidades de cruzamento dos microdados, a pergunta que fica a cada PNAD é o que concluir de todas as tabelas apresentadas. Ficamos afogados em números.

A literatura de bem-estar social busca sintetizar os diversos aspectos da realidade de diferentes pessoas. O capítulo dos indicadores sociais baseados em renda traduz os dados de salário, jornada, ocupação, desemprego, recebimento de pensões e aposentadorias, acesso a programas sociais, etc. em poucos números, cada um com capacidade de retratar um aspecto peculiar da vida em sociedade, como nível de bem-estar, a desigualdade, a taxa de pobreza, a composição das classes eco-

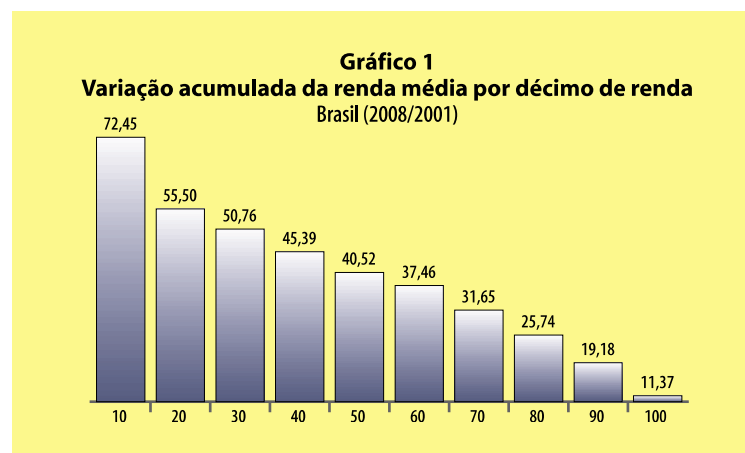
nômicas. Um primeiro esforço é o de condensar informações para transformá-las em conhecimento prático, do tipo quanto cresceu, ou diminuiu, ao fim e ao cabo o bolso dos diferentes brasileiros. Reconhecemos que o exercício é uma simplificação da realidade que transforma a riqueza de informações e as coloridas possibilidades “pnadianas” em gravuras em preto e branco. Senão vejamos:

De maneira geral, 2008, assim como a década até agora vista como um todo, destaca-se menos pelo crescimento generalizado de renda para todos os estratos da população, do que pela redução da desigualdade observada. Apresentamos no gráfico 1 o ganho acumulado de renda entre 2001 e 2008 por cada décimo da população. A taxa de crescimento é decrescente à medida que caminhamos do primeiro (72,45%) ao último décimo (11,37%).

As duas últimas PNADs revelam uma redução de 12,27%

## A cada PNAD a sociedade vê suas cores e feições como se olha num espelho, conhecendo percalços e progressos do ano que passou

da pobreza, o que corresponde à saída de 3,8 milhões de pessoas da miséria. Este movimento coroa a tendência desde o fim da recessão de 2003 quando a pobreza caiu 43%, ou seja, cerca de 19,4 milhões de pessoas cruzaram a linha de miséria e que vem sendo mostrados por sucessivos trabalhos do Centro



## A década destaca-se pela redução da desigualdade: os 10% mais pobres ganharam mais 72,5% e os 10% mais ricos 11,4%

de Políticas Sociais (CPS/IBRE/FGV), lançados na mesma época dos anos anteriores, imediatamente após a divulgação dos microdados da PNAD, indicaram duas marcadas mudanças de patamar de miséria: no biênio 1993-95 a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria caiu 18,47% e, no período 2003-07, a mesma caiu 35,1%. Estes dois episódios foram separados por um período de dez anos de relativa estabilidade da miséria apenas interrompidas em 1998 e em 2002. Temos 29,9 milhões de miseráveis que seriam quase 50 milhões de pessoas se a miséria não tivesse caído nos últimos anos.

Na passagem do Ano I d.c. (um ano depois da crise) no dia 15 de setembro quando a crise irrompeu as bolsas de valores lá fora, o que podemos dizer dos seus efeitos no bolso do brasi-

leiro pobre? Damos sequência aqui, com dados até julho de 2009, ao monitoramento da miséria. A PME permite olhar o período pós-crise (leia-se na PME renda do trabalho nas seis maiores metrópoles). No período julho de 2008 quando comparado a julho de 2009 a pobreza trabalhista caiu mais no subúrbio de Belo Horizonte (-26,13%) e subiu mais na periferia de Salvador (13,5%). No conjunto periferia x capital, só as primeiras apresentaram queda (-6,8% x 0,42%). E na comparação Nordeste x Sul/Sudeste (-5,1% x -3,6%). Apresentamos no gráfico 2 a variação da miséria neste último período.

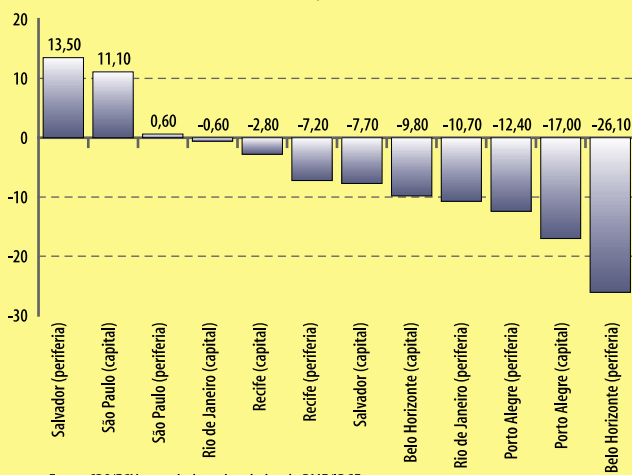
### Cenários

A proporção de miseráveis no Brasil (indivíduos que vivem com menos de R\$ 137 por mês

a preços médios de hoje) cairá dos 16,02% de 2008. Inicialmente, num cenário neutro em termos distributivos, se a renda *per capita* nacional crescer 2,6% ao ano nos próximos sete anos, o que agregado do crescimento populacional seria equivalente a 4% ao ano de crescimento da renda total, a pobreza cairia para 12,43%, uma queda de 22,38%. A redução seria ainda maior se esse crescimento viesse de mãos dadas com alguma redução da desigualdade. Se a mencionada expansão de 4% ao ano fosse combinada com uma queda do índice de Gini similar a observada nos últimos sete anos.

Partindo, por exemplo, do nível médio de renda e da distribuição de renda no Rio Grande do Sul de 2007, a pobreza cairia 41,22%, o que levaria a taxa de pobreza abaixo dos dois dígitos: 9,45% da população

**Gráfico 2**  
**Brasil – Variação da miséria metropolitana (pós-crise)**  
Julho de 2008 a julho de 2009 (%)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

brasileira seriam consideradas miseráveis. Agora, mesmo com crescimento *per capita* nulo, se a desigualdade caísse para o nível gaúcho, os ganhos seriam ainda razoáveis — para os pobres, é claro — a taxa de pobreza cairia 18,58% no intervalo, atingindo o universo de 13,04% da população. Esta queda da miséria é suficiente para superar o ritmo exigido pela primeira meta do milênio de queda de 50% em 25 anos, caindo neste intervalo 52% no atual quarto de século. Este exercício é ilustrativo para elucidar o papel prospectivo e retrospectivo desempenhado pela redução da desigualdade de renda no contexto brasileiro.

### Razões

Se algo mudou, o segundo esforço é saber por que mudou? Mudou em quê? Estas perguntas sugerem as duas linhas complementares de resposta aqui exploradas: a primeira olha para os determinantes próximos da distribuição de renda e para os componentes primários da renda das pessoas, o papel de pensões e aposentadorias, programas sociais e trabalho (e seus componentes) nas diversas medidas sintéticas. Em particular, por que reduziu a desigualdade? Aplicando ao período de 2001 a 2008 a metodologia de decomposição das variações do Gini, a renda do trabalho explica 66,86% da redução da desigualdade esperada entre 2001 e 2008. A seguir, os

programas sociais com destaque ao Bolsa Família e seu antecessor Bolsa Escola explicam 17% da redução da desigualdade, enquanto os benefícios previdenciários explicam 15,72% da desconcentração de renda, ficando as demais rendas com um resíduo inferior a 1%.

Entre 2001 e 2008, a renda *per capita* média do brasileiro cresceu 2,87% em termos reais (isto é, já descontada a inflação e o crescimento populacional), passando de R\$ 485 para R\$ 592 por mês. A fonte de renda que mais cresceu foi a de programas sociais (15,94%), influenciada pela expansão do Bolsa-Escola e do Bolsa-Família criado em 2003. A seguir veio a parcela da renda da previdência vinculada ao salário mínimo (6,92%). Os efeitos dos reajustes do salário mínimo, que cresceu mais de 45% neste período, pressionaram o valor da base de benefícios e do aumento da parcela de número de idosos, fruto do processo de envelhecimento da população. A renda de previdência acima do piso cresce abaixo do crescimento da renda geral. Cabe notar que a renda do trabalho teve um incremento médio de 2,54% ao ano, o que confere uma base de sustentabilidade das condições de vida para além das transferências de renda oficiais. A renda do trabalho corresponde a 76% da renda média percebida pelo brasileiro e de lá saiu 71% do ganho de renda observado.

Entre 2003 e 2008, o ganho trabalhista no Nordeste foi 7,3% ao ano, contrariando a ideia de que se deve apenas ao “assistencialismo oficial”

No último ano o crescimento da renda *per capita* do trabalho e de aposentadorias vinculadas ao mínimo é um pouco menor — o de programas sociais atinge 30,8%. De toda forma, em ambos os períodos, embora tenha havido aumento forte da renda derivada de programas sociais e aposentadorias ligadas ao mínimo, a parcela devida ao trabalho fica próxima ao expressivo crescimento de renda nesta década. Se olharmos para o Nordeste o ganho de renda do trabalho *per capita* real médio do período 2003 a 2008 foi de 7,3% ao ano, o que contraria a ideia de que o aumento de renda do brasileiro em geral, e do nordestino em particular, deve-se apenas ao “assistencialismo oficial”. ■

Marcelo Neri é Economista-Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE e da EPGE/FGV (mcneri@fgv.br)

# Propostas para o futuro

*Brasil Pós-crise – Agenda para a próxima década*, organizado por Fabio Giambiagi e Octavio de Barros (Editora Campus), é uma coletânea que procura ordenar o debate com vistas à definição dos rumos que o país irá tomar na próxima década e, especialmente, a partir de 2011, quando se inicia um novo período de governo. Com 19 capítulos, o livro, lançado em outubro, dá continuidade ao *Brasil Globalizado*, também aos cuidados de Giambiagi e Barros antes da crise, em 2008. Os dois livros se diferenciam: o anterior tinha o olhar em parte voltado para o passado e o atual traz, em cada um dos seus capítulos, propostas para o futuro.

Trata-se de uma agenda que incorpora três blocos de questões. O primeiro é o dos assuntos macroeconômicos, com vários dos “mesmos suspeitos de sempre”, incluindo as reformas tributária, fiscal e previdenciária. O segundo grupo de capítulos, por analogia com a “Agenda perdida” que ficou famosa no começo da década, incorpora um conjunto de textos sobre questões microeconômicas, com a finalidade de alcançar uma economia mais eficiente. Finalmente, na

terceira parte, a obra aborda novos temas incorporados ao debate acerca dos destinos do país, incluindo, entre outros pontos, a discussão do pré-sal, a importância da inovação e a cada vez mais presente temática da sustentabilidade ambiental.

A lista dos autores é vasta e inclui dois ex-ministros da Fazenda (Delfim Netto e Francisco Dornelles), um ex-presidente do Banco Central (Gustavo Loyola) e o atual presidente da Petrobras (José Sérgio Gabrielli), além de cinco capítulos em co-autoria dos organizadores e mais artigos de Armando Castelar Pinheiro, José Márcio Camargo, José Roberto Rodrigues Afonso e Sérgio Besserman, apenas para citar alguns dos nomes mais conhecidos.

O leque de temas tratados é bastante variado e contém, além dos assuntos já registrados, outros igualmente importantes, como o estímulo às exportações, a avaliação sobre a sustentabilidade de déficits em conta corrente, a discussão da rigidez associada à legislação trabalhista, a reforma política, etc. A amplitude se reflete também no espírito da convocatória ao conjunto de autores, cuja lista, embora com o predomínio de



ideias de certa forma associadas à ortodoxia, inclui um mosaico de nomes, abrangendo o já citado Gabrielli e Ernani Torres, do BNDES. Refletindo esse sentimento, o prefácio é assinado por um ex-ministro do governo FHC (Luis Carlos Mendonça de Barros) e a “orelha” por um ministro do governo Lula (Paulo Bernardo).

Períodos eleitorais e anos de final de década são propícios a balanços e planos futuros. O de 2010 incorpora estas duas características, constituindo-se em momento privilegiado para a reflexão e discussão quanto ao nosso futuro. O importante esforço empreendido pelos organizadores produziu um excelente resultado, tanto pelo acerto dos temas quanto pela qualidade e profundidade dos artigos reunidos. Resultado este que torna a leitura deste livro um ponto de partida obrigatório a todos os que se proponham a participar de forma qualificada no necessário e oportuno debate sobre os rumos futuros do desenvolvimento econômico e social brasileiro. ▀